A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SANDRA REGINA DOS SANTOS BARBOSA

RESUMO

O presente estudo pretende trazer reflexões sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implementação pretendida de uma Educação Especial inclusiva. A Educação Especial é um método de ensino que alcança todos os níveis de ensino e envolve alunos com deficiência, problemas globais de desenvolvimento e habilidades/talentos excepcionais (BRASIL, 2008). Este método é derivado das leis e decretos que regem a prática do AEE no Brasil, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e a Resolução nº 4 de outubro de 2009, que cria as Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, e as contribuições de autores dedicados que estudam o assunto, como Duek (2014) e Garcia (2008). Como resultado, a pesquisa emprega uma abordagem bibliográfica e documental sobre o assunto estabelecido. Os resultados indicam a importância do Atendimento Educacional Especializado na busca por uma educação inclusiva e completa. Para isso, todas as partes envolvidas no processo escolar devem colaborar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão. Ensino Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Todos querem uma educação inclusiva que promova relacionamentos, reconheça as diferenças e prepare os alunos para o mundo, tudo isso por meio de estratégias pedagógicas propostas e situações que promovam a integração em um ambiente benéfico.

Este artigo tenta discutir a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), explorar alguns potenciais dificuldades e benefícios da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em escolas regulares e discutir sua progressão.

Por meio de atividades diversas e lúdicas, a consideração das especificidades de cada aluno, aliada à proposta de situações relevantes que atendam a todos os alunos com necessidades especiais, é fundamental observar como eles se desenvolvem e progridem quando incorporados aos demais alunos.

Se fatores de exclusão estiverem presentes, é importante estabelecer metas com a equipe educacional para eliminar essas situações, tornando a escola um local único para o compartilhamento de experiências e aprendizados significativos para todos.

Alunos matriculados no Atendimento Educacional Especializado e incluídos em escolas regulares têm necessidades assistenciais diferentes dos demais alunos. Por isso, é importante observar as propostas de ensino por meio de anamnese e junto todos os profissionais envolvidos, independentemente de as estratégias pedagógicas propostas representarem ou não as necessidades dos alunos. A escola também tem o poder de buscar o treinamento apropriado do professor para uma demanda específica.

Devido aos vários obstáculos, os professores muitas vezes não conseguem se aprimorar para concluir com sucesso todas as solicitações de uma maneira específica. Como resultado, salas de recursos que fornecem múltiplas funções se tornaram uma parte popular do sistema educacional federal, isso porque o propósito do recurso é valorizar as capacidades humanas, independentemente de suas limitações físicas, mentais ou intelectuais.

Como resultado, várias escolas adotaram prontamente a proposta do AEE, mas os professores dessas escolas ou classes estão preparados para lidar com a demanda diversificada que está aumentando no dia escolar?

O AEE tem um papel significativo na promoção da educação inclusiva. No entanto, é crucial desenvolver uma forte conexão com a sala de aula regular, porque o AEE ocorre durante o horário extracurricular do aluno. Como resultado, o professor deve se encarregar de estratégias e atividades inclusivas que sejam específicas para as necessidades de cada aluno. Essas atividades, por sua vez,

devem concordar com o assunto abordado na sala de aula regular.

Levando isso em consideração, esta pesquisa tem um objetivo geral que promove a consideração da sala de aula do AEE em escolas como um meio de implementar a educação especial inclusiva. Como objetivos específicos, foi proposto: revisar a legislação e os decretos pertinentes à educação inclusiva no Brasil; apresentar as responsabilidades do AEE em escolas públicas e discutir a contribuição dos professores para o AEE.

Na abordagem metodológica, optamos por realizar um estudo bibliográfico, também conhecido como revisão de literatura, juntamente com uma análise documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da análise de trabalhos escritos publicados em periódicos e fontes online como Scielo e Google Acadêmico. Para os documentos, eles discutem leis e normas brasileiras destinadas a promover a educação inclusiva. A análise desses documentos ajuda a entender como o tópico foi incorporado às políticas públicas e implementado nas escolas, também destaca os problemas e delineia os passos restantes que devem ser tomados.

O desejo de investigar o papel do AEE na educação básica foi inspirado pelas dificuldades associadas à Educação Especial. Isso porque não se trata simplesmente de matricular o aluno em uma sala de aula regular, mas também envolve fornecer serviços que promovam o desenvolvimento social e emocional do aluno. O AEE tem um papel significativo nesse sentido, pois desenvolve estratégias para inclusão.

DESENVOLVIMENTO

Educação Especial, sob uma perspectiva inclusiva, é um assunto recente no debate educacional no Brasil. Fraga et al. (2017), relatou que durante a década de 1950, as primeiras iniciativas oficiais dedicadas às pessoas com deficiência foram iniciadas em nível nacional, essas iniciativas foram lideradas por organizações privadas em conjunto com o governo federal. No entanto, essas medidas não conseguiram abordar o setor educacional, conforme apontado por Fraga et al. (2017) Até a década de 1970, havia pouca ou nenhuma discussão sobre crianças com deficiência nas escolas regulares, pois elas não faziam parte do sistema educacional, frequentavam escolas ou classes especiais. A década de 1990 é considerada o início da discussão educacional sobre diversidade. Entre as discussões, destaca-se a Declaração de Salamanca (1994), esta declaração reconheceu a necessidade de integrar pessoas com deficiência nas escolas, proporcionando-lhes uma educação superior. O relatório acima mencionado:

> Toda criança tem direito à educação e deve ter a oportunidade de desenvolver e manter um nível suficiente de conhecimento. Cada criança tem atributos, interesses, habilidades e necessidades educacionais únicos. Crianças com necessidades educacionais especiais devem ter a oportunidade de frequentar escolas regulares, que devem ter uma abordagem centrada na criança que seja capaz de atender às suas necessidades. Escolas regulares que têm uma abordagem inclusiva à educação são a maneira mais eficaz de combater o preconceito, criar comunidades mais receptivas, construir uma sociedade inclusiva e alcançar educação para todos. Além disso, essas escolas têm uma abordagem educacional eficaz para a maioria das crianças e aumentam a eficiência e, em última análise, a relação custo-eficácia de todo o sistema (UNESCO, 1994, p. 8).

No Brasil, a lei de diretrizes e bases da educação (LDB) de 1996 aumentou a discussão sobre educação inclusiva. O documento descreve a educação especial ou inclusiva como o tipo de educação oferecida em escolas regulares, destinada a alunos com deficiências, problemas globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996, p. 39). A LDB também determina que:

> Haverá, conforme necessário, serviços especializados de natureza regular para atender às necessidades específicas dos clientes da educação especial. Os serviços educacionais serão prestados em classes, escolas ou serviços especializados, quando necessário, em decorrência das condições específicas dos alunos, não for possível incorporá-los às classes regulares. A obrigação de fornecer educação especial, uma responsabilidade constitucional do estado, inicia-se na idade

de zero a seis anos, durante a fase da educação infantil (BRASIL, 1996, p. 40).

Posteriormente, durante a década de 2000, uma série de leis e normas foram criadas com a intenção de promover a participação educacional, conforme descrito por Fraga et al. (2017, p. 43): A perspectiva inclusiva empregada pelas políticas de Educação Especial no Brasil foi formulada com base nas Diretrizes Nacionais, que destacaram: a Política Nacional de Educação Especial no que se refere à Educação Inclusiva (2008); Decreto nº 6.571/2008, que descreve o Atendimento Educacional Especial; a aprovação, pelo Decreto nº 6.949/2009, da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência/Organização das Nações Unidas; das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica - Metodologia da Educação Especial, Resolução nº 4.1 CNE/CEB; e da legislação 13.146, que entrou em vigor em 6 de julho de 2015, é conhecida como lei do estatuto da pessoa com deficiência, e entrou em vigor em janeiro de 2016. As iniciativas tomadas não tiveram impacto significativo na promoção de uma educação inclusiva que proporcionasse igualdade de oportunidades no processo educacional. A educação inclusiva é considerada pela Política Nacional de Educação Especial (PNEE-EI, 2008) da seguinte forma:

[...] um paradigma educacional baseado no conceito de direitos humanos, esse paradigma conjuga igualdade e diferença como valores separados, e avança com o conceito de justiça formal, que se baseia em evidências históricas da produção de exclusão tanto na escola quanto na sociedade (BRASIL, 2008, p. 5).

Na educação inclusiva, a ênfase está na integração de alunos com deficiências em classes regulares, em vez de apenas fazê-los frequentar classes de educação especial. O objetivo é fornecer uma educação verdadeiramente igualitária que leve em conta suas necessidades específicas. Nesse contexto, os Serviços Educacionais Especializados (AEE) são pretendidos, um componente crucial da educação especial.
Esses serviços ocorrem em horários diferentes dos serviços da escola regular, e é crucial que todos os alunos que compõem o público-alvo da educação especial tenham acesso a eles, conforme definido pelo Brasil em 2008.
As escolas foram forçadas a se adaptar aos novos tempos que trazem consigo uma variedade de tipos de público. Esses alunos têm necessidades e preferências específicas que, se não forem abordadas adequadamente, terão dificuldade em participar da política inclusiva e da educação cidadã da escola, o que entrará em conflito com a criação de uma sociedade mais justa (FRAGA et al., 2017).
É nesse contexto que esforços teóricos, técnicos, políticos e operacionais são feitos para explicar uma educação que inclua essa perspectiva como um todo e que ofereça a oportunidade para a escola ser verdadeiramente um ambiente inclusivo.
É importante notar que as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001) definem inclusão como parte do processo democrático do estado, a definição não inclui nenhuma instituição como a única parte responsável.
Também é importante reconhecer que, embora a escola não seja a única contribuidora para o processo de inclusão, ela tem um papel significativo e, portanto, é essencial que ela crie uma proposta pedagógica que esteja associada às necessidades dessas características especiais. Para tanto, as Diretrizes para a Prática Curricular em seu Artigo 3:

A educação especial é considerada uma forma de educação que se distingue por uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços educacionais especiais, que são institucionalmente organizados para dar suporte, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços regulares de educação, a fim de garantir o desenvolvimento do potencial dos alunos e promover a melhoria das habilidades dos alunos. (BRASIL, 2001)
A escola deve conciliar o emprego formal com os esforços pessoais e sociais, levando em consideração as dificuldades associadas à diversidade em seus alunos.
É evidente que a inclusão requer mais atenção durante o processo de ensino- apren-

dizagem, por isso, é necessário formar professores que atuam nas salas de aula que prestam esse serviço. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9394/96) tem em seu artigo 58, parágrafo III:

Professores com habilidades especializadas de nível médio ou superior são acomodados para serviços especiais, bem como professores de educação regular que são treinados para incorporar esses alunos em classes regulares. (BRASIL, 1996)

Alunos com deficiência têm direito aos mesmos espaços que os demais alunos, mas não devem ser discriminados. O Atendimento Educacional Especializado facilita que os alunos acreditem que são parte da comunidade social ao seu redor. Alguns professores de educação especial advogam pela falta de treinamento que proporcionaria um atendimento adequado a esses alunos.
A Declaração de Salamanca (Ano) apud Romagnolli (2008, p.7) afirma que pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter a oportunidade de frequentar escolas regulares que levem em consideração suas necessidades especiais.
No entanto, algumas escolas têm iniciativas de educação especial que são parciais por natureza, o que fica muito aquém de serem escolas inclusivas. Algumas crianças podem ser incluídas sem a assistência de especialistas, enquanto outras precisam de assistência especial. Este projeto necessita de comunicação entre vários profissionais que ajudam a criança: o médico, o fonoaudiólogo, o fisioterapeuta, o educador (professor) e a família como um todo devem ser considerados. O que está documentado é que:

Quase toda ação humana envolve algum grau de conhecimento, que às vezes é simples, às vezes complexo, e que se origina da experiência pessoal, senso comum e cultura entre um círculo de especialistas, ou de pesquisa científica e tecnológica. Quanto mais intrincadas, complexas e mediadas pela tecnologia, mais favoráveis a um modelo de realidade baseado em sistema são consideradas as ações. Quanto mais aprofundadas, avançadas e organizadas, mais ações de conhecimento exigem. (PERRENOUD 1999, p.2).

Com a escola assumindo o papel de incluir alunos com deficiência, ela deve fornecer assistência para permitir que os alunos desenvolvam suas habilidades cognitivas, sociais e pessoais. A Educação Inclusiva é baseada na ideia de que todos devem ser reconhecidos e respeitados, apesar de sua especialidade. Para o clima escolar, Beyer (2006) sugere que ele deve ser um lugar de conhecimento e deve promover a desenvolvimento das habilidades cognitivas das crianças.
O grande obstáculo que temos nas escolas especiais é o alcance social limitado das crianças com habilidades especiais. Embora essas crianças precisem conviver com crianças com condições cognitivas e emocionais diferentes das suas, elas se encontram presas a um modelo específico de interação por meio das situações pedagógicas e sociais associadas (DAYRREL, 1996)
Hoje, as políticas educacionais são derivadas dessas ideias de homem e propriedade e têm efeito em diferentes instituições. O lema "educação para todos" é mais do que apenas educação, é também uma questão social que envolve uma maior distribuição de renda, permitindo que as pessoas tenham acesso a bens de consumo e cultura. É crucial reconhecer que:

Os programas que intervêm devem basear seus esforços na análise e interpretação de dados qualitativos e quantitativos que identifiquem e descrevam as necessidades dos sistemas educacionais, a fim de melhorar sua qualidade. A programação das ações deve ter como objetivo principal estimular a reflexão, incluindo todos os profissionais associados ao processo de ensino direta ou indiretamente. A continuidade dessas ações seria alcançada por meio de treinamento planejado, intencional, sistemático e preservação da cadeia de objetivos de natureza geral, relacionados à educação (conhecimento) e ao educador (saber fazer). Adicionalmente, seria empregada uma natureza específica, que garantiria a criação de conhecimento em educação especial, incluindo as características de desenvolvimento e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, os métodos e possíveis adaptações,

bem como o uso de materiais e equipamentos específicos. (DAYRREL, 1996, p. 56)

Vendo a escola como um lugar onde as pessoas podem aprender, socializar e se preparar para a vida, o propósito é compreender e expor a natureza inclusiva da escola e o suporte que ela fornece às pessoas com deficiência em relação ao emprego. O objetivo não é considerar as escolas como instituições profissionais, mas sim como um lugar de conhecimento e uma fonte de ferramentas que ajudam os indivíduos a se desenvolverem.

As escolas brasileiras são caracterizadas por altos índices de reprovação e evasão de uma parcela significativa de seus alunos, esses alunos são marginalizados pela falta de sucesso, privação constante e baixa autoestima decorrente do fracasso escolar e exclusão social, principalmente da perspectiva dos pais. (MANTOAN, 1997, p. 27).

Na perspectiva das políticas de educação inclusiva, o objetivo é investigar como as escolas podem auxiliar nesse processo, ou melhor, como as escolas podem começar a incluir pessoas com deficiência no processo de emprego que continuará depois que elas entrarem no mercado de trabalho.
Pais e profissionais têm uma compreensão completa da ocorrência comum de estereótipos em situações de medo, fadiga e tédio, eles normalmente aumentam a prevalência desses estereótipos em situações que carecem de atividade (por exemplo, assistir televisão). Situações que são desconhecidas e, portanto, controláveis também podem levar a esse comportamento, acompanhado de ansiedade e sofrimento significativos (BAPTISTA; BOSA, 2002)
A educação inclusiva envolve educar todos os indivíduos igualmente, sem levar em conta suas especificidades. Selecionar esse tipo de Educação não significa ignorar os problemas dos alunos, mas sim fornecer aos alunos oportunidades de aprendizagem. Com a inclusão, as diferenças não são consideradas problemas, mas sim diversidades.
A inclusão é, portanto, necessária por uma mudança de perspectiva. Não envolve apenas colocar pessoas em locais diferentes que não estão acostumadas a estar lá, a sala de aula típica. Implica não ter mais um conceito de necessidades especiais que são imunes a mudanças ou que não podem ser atendidas. Além disso, implica reexaminar o papel da escola e reconhecer que sua missão é educar a todos, sem preconceitos. Isso é teoricamente necessário para uma alteração estrutural na sociedade (KAFROUNI; SOUZA PAN, 2001).
As escolas devem fornecer aos alunos com deficiência acesso a recursos e meios para superar seus obstáculos. Esta versão da evolução do sistema educacional serve como base para a compreensão do desenvolvimento da educação especial.
Da perspectiva da vida cotidiana, a instituição escolar analisa a natureza educacional das relações sociais nela. A questão é que essa dimensão é derivada principalmente das ações dos alunos, sem a conscientização da escola, essa falta de conscientização promove o problema. A quantidade de tempo que a escola aloca para a socialização é minimizada, se não totalmente reprimida (DAYRELL, 1996).
De acordo com as propostas educacionais, a escola ainda é considerada um lugar onde o conteúdo teórico é ensinado por meio da prática de atividades, a maioria das quais são escritas em cadernos com a intenção de ensinar a ler, escrever e resolver cálculos matemáticos. No entanto, em relação à inclusão, o ensino é mais extenso do que as páginas escritas de um livro. Nos serviços educacionais especializados, os alunos devem ser encorajados a utilizar recursos didáticos, tecnológicos e práticos que satisfaçam sua curiosidade, isso os levará a se tornarem criaturas sociais, capazes de compartilhar suas experiências fora do ambiente escolar.
Os professores de educação especial precisam estar preparados e buscar capacitação contínua, pois as mudanças são imediatas e cada aluno precisa ser atendido individualmente, com propostas diferenciadas que são marcadas pela ampliação das discussões no campo educacional, tendo como principal aspecto as reformas que foram (e estão sendo) implementadas no Brasil. As crises da educação, os novos métodos de ensino, os tempos de privatização da educação, as limitações políticas, a falta de financiamen-

to e os baixos salários dos professores têm contribuído para o atendimento incompleto aos alunos no Atendimento Educacional Especializado (KAFROUNI; SOUZA PAN, 2001).
Em razão da demanda por recursos físicos e humanos, o atendimento aos alunos no Atendimento Educacional Especializado ainda é deficitário devido à falta de formação adequada e específica para cada demanda individual. Isso é significativo, pois nenhum aluno autista é igual ao outro, cada aluno tem suas características individuais. Com isso, as escolas exigem que as secretarias forneçam um atendimento condizente com as demandas da escola, mas isso depende de outros fatores políticos e sociais que demoram a ocorrer. Enquanto isso, os alunos são alocados em turmas com base no conhecimento acadêmico da área de cada profissional, tendo apenas boa vontade e desejo de se dedicar à área que está se popularizando cada vez mais em nossa sociedade (KAFROUNI; SOUZA PAN, 2001).
O responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o professor de educação especial, que deve ter formação complementar em relação à sua especialidade. Ele ou ela deve basear seu trabalho nas características específicas de cada aluno. No entanto, é crucial que seus esforços e planejamento ocorram junto ao professor de educação regular. Quanto aos profissionais elegíveis para atuar nessa área, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE, 2008) afirma que é necessário formar professores que queiram participar da educação especial, indicando que:

Para atender com sucesso os alunos na educação especial, o professor deve ter uma base de conhecimento que abranja os princípios gerais do ensino e conhecimentos específicos sobre a área. Essa formação facilita seu emprego em instituições educacionais especializadas e aprimora a natureza interativa e interdisciplinar de seu trabalho em classes regulares, salas de recursos, centros educacionais especializados, centros de acessibilidade no ensino superior, classes hospitalares e ambientes domiciliares, todos os quais fornecem serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p.21).

Como resultado, destacamos a importância da formação inicial e continuada, especialmente para professores da área de educação especial. É crucial que esses profissionais sejam realmente capazes de fornecer serviços que satisfaçam as reais necessidades de cada aluno. Isso não apenas facilita a inclusão das escolas, mas também promove a inclusão social e emocional desses alunos.
Para Oliveira (2015), o professor do AEE não deve apenas conhecer o contexto da educação, mas também ter uma formação adicional (continuada e inicial) que o habilite a atuar como um professor de educação inclusiva, caso contrário, todo o conceito de inclusão ficará apenas na teoria e não terá um impacto significativo em sua prática na escola.
Como resultado, é crucial conduzir programas de treinamento contínuos para aprimorar e preparar professores de educação especial. Além disso, no contexto dos Serviços Educacionais Especializados (SES), a importância da colaboração no planejamento é reconhecida. É crucial que o professor que supervisiona o Programa de Educação Especial colabore com os professores da sala de aula regular no desenvolvimento de seus planos. Nesse contexto, Oliveira (2015) enfatizou a importância do diálogo do professor da sala de aula regular com o professor do Programa de Educação Especial, ele observou que era essencial que os alunos tivessem um relacionamento harmonioso com o professor da sala de aula regular e o professor do Programa de Educação Especial. É importante reconhecer que esse serviço especializado não se limita ao professor que é especialista na disciplina. Esse planejamento conjunto facilita a compreensão do aluno sobre o assunto, assim como uma variedade de recursos e métodos diferentes, todos relacionados ao assunto, facilitam seu aprendizado. Levando isso em consideração, podemos deduzir que para promover uma educação inclusiva, cada membro da escola deve participar desse esforço.

CONCLUSÃO

É crucial considerar algumas reflexões sobre o valor de incluir pessoas com necessidades especiais em salas de aula de educação regular de forma atenciosa, reconhecendo as

diferenças entre cada indivíduo, tanto o aluno incluído quanto o restante que precisa aprender a coexistir com essas diferenças sem criar qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Ao entrar em uma escola típica, um aluno com deficiência deve primeiro ser capaz de reconhecer suas diferenças e viver com elas. No entanto, uma união entre a escola e a família é imperativa, pois cada indivíduo responde às suas próprias fraquezas de uma maneira diferente.

Ao defender a implementação da inclusão em escolas regulares, os departamentos endossaram o treinamento de professores para colaborar com os alunos e a comunidade em geral, enfatizaram a importância de desenvolver novas ideias de ensino que correspondam a cada demanda específica, acrescentaram novos conhecimentos ao repertório social que o aluno já possui. Devemos considerar que os alunos não chegam à escola sem conhecimento, em vez disso, eles só precisam converter seu conhecimento em habilidades sociais e em um grupo.

Os atributos dos alunos inclusivos são diferentes, então é necessário personalizar as atividades recreativas para se adequarem a parte do requisito de conhecimento. O professor não deve seguir métodos pré-desenvolvidos, mas sim criar métodos que sejam baseados na capacidade de cada aluno e seu contexto social, isso tem um efeito significativo em seu sucesso ou fracasso na sala de aula.

A sala de recursos facilita o reconhecimento do aluno como cidadão por meio de uma variedade de atividades, isso os ajudará a atingir seus objetivos e problemas junto com todo o grupo. Neste ponto, a prioridade do professor são as estratégias empregadas na sala de aula que levam à progressão do aluno em direção aos objetivos pedagógicos, esses objetivos são inseridos em um contexto social que carece de informações sobre seu mundo real.

Ao contemplar a educação inclusiva, é importante considerar todas as propostas que foram desenvolvidas até agora. Quando trazemos o aluno para a escola, queremos que seu feedback corresponda às nossas expectativas e metodologia de avaliação, isso demonstrará que ainda temos atividades que não estão muito envolvidas com o mundo real. A ideia de educação inclusiva é observada diariamente para evitar que o aluno incluso seja excluído da sala de aula, isso levaria a uma forma de exclusão para o aluno. O processo de planejamento deve ser desenvolvido de forma crítica, isso facilitará a transmissão do conhecimento dos mais vulneráveis para aqueles que têm conhecimento mais avançado. Ainda assim, muitos conceitos divergentes estão presentes durante o processo de inclusão, cada escola tem sua abordagem e se adapta às propostas que melhor correspondem à realidade da escola. É de responsabilidade da escola e da equipe docente escolher caminhos que levem ao verdadeiro processo de inclusão, com materiais, orientações e avaliações adequados junto ao professor responsável pela sala de aula do ensino regular, estes devem ser incorporados ao plano de ensino com o objetivo de perceber o progresso e ter uma autoavaliação com base nas expectativas do ensino.

Hoje em dia, fala-se muito sobre inclusão social no ambiente educacional, porém, essa ideia nem sempre se concretiza, especificamente no que se refere aos alunos com deficiência. Um dos princípios da social-democracia na educação é demonstrado quando os sistemas educacionais se especializam para atender a todos os alunos, incluindo alunos com deficiência.

Outros fatores devem ser considerados, toda a comunidade escolar deve entender e vivenciar a inclusão, e não podemos considerar esse processo sem primeiro mencionar a acessibilidade em todos os seus aspectos, seja arquitetônico, comunicacional ou atitudinal. A comunidade da escola deve ter uma mentalidade de aceitação, isso pode ser realizado por meio de instâncias nas quais todos reconheçam seu valor.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. BOSA, C. A. Autismo e Educação: Reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. v. 1. p. 180.

BEYER, H. O. Da Integração escolar à Educação Inclusiva: Implicações Pedagógicas. In:

BAPTISTA, C. R. (Org.) Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.
BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http:// www. planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394. htm. Acesso em: 05 de março de 2025

BRASIL. Resolução Nº 02/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. 2001.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/SECADI, 2008.

DAYRELL, J. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. BH Editora UFMG. 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA SOBRE PRINCÍPIOS. Política e Prática em Educação Especial. Brasília. 1994.

FRAGA, Juliany Mazera; VARELA, Aline Martins; WUO, Andrea Soares; RAUSCH, Rita Buzzi. Conceitos e relações entre educação inclusiva e educação especial nas legislações educacionais do Brasil, Santa Catarina e Blumenau. Revista Educação Especial | v. 30 | n. 57 | p. 41-54 | jan./abr. 2017

KAFROUNI, R.& SOUZA PAN, M. A. G. Inclusão de alunos com necessidades especiais e educação básica. Interação, Curitiba, 2001, 5, 31 a46

MANTOAN, M.T.H. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Senac, 1997

OLIVEIRA, Naira Maria da Silva. O professor do Atendimento Educacional Especializado: atuação e representações sociais. 2015. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2015, 49f.
PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspectivas sociológicas. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1993.

ROMAGNOLLI, G. S. E.& ROSS, P. R. Inclusão de aluno com Baixa Visão na rede pública de ensino: Orientação para professores. Curitiba, 2008.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Necessidades Educativas Especiais – NEE. Conferência Mundial sobre NEE, Salamanca, 1994.